

Amazônia ganhará centro de biotecnologia

Hylde Cavalcanti*
de Brasília

O Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA) lança hoje, em Manaus, no Amazonas, o edital de licitação para as obras do Centro de Biotecnologia da Amazônia — CBA, previstas para serem iniciadas ainda este ano. Resultado de um programa orçado em US\$ 60 milhões, o centro deverá ser um dos maiores do mundo em biodiversidade.

O CBA consolida a fórmula encontrada pelo Governo Federal para atrair investidores estrangeiros interessados na fabricação de medicamentos e cosméticos utilizando produtos da fauna e flora amazônica. Ao mesmo tempo, incentiva novas pesquisas em conjunto com a iniciativa privada, universidades e instituições diversas.

O centro faz parte do Programa Brasileiro da Biodiversidade da Amazônia — Probem. Do orçamento total do programa, US\$ 14 milhões serão gastos na construção do centro. O restante está destinado à exploração da fauna e flora da região, coleta de materiais e manuten-

Programa tenta atrair investidores para exploração da fauna e flora locais

ção dos laboratórios. O Probem, a princípio, será realizado em parceria com oitenta grupos de pesquisa brasileiros, além de oito universidades nacionais e 15 entidades estrangeiras — dos Estados Unidos, Japão e Europa. Mas espera aumentar essa quantidade de sócios.

O documento que dá base à estrutura organizacional do empreendimento, assinado na última quinta-feira pelo ministro do Meio Ambiente Gusta-

vo Krause, estabelece a parceria entre as empresas e entidades interessadas através de contratos diversos. Como por exemplo, investimentos diretos através de “joint ventures” voltadas para projetos específicos ao desenvolvimento de produtos e tecnologias de ambas as partes.

Cada entidade a integrar o CBA, de acordo com a legislação, terá

seus direitos assegurados. Terá também de respeitar compromissos múltiplos envolvendo propriedade industrial, “royalties” e demais formas de participação nos resultados dos projetos. “Trata-se de uma nova oportunidade de investimento para a Amazônia em absoluta conciliação

com a floresta”, explica Krause.

O trabalho dará prioridade ao uso de mão-de-obra local. Consiste, ainda, numa nova alternativa econômica para a re-

gião, além da Zona Franca. O coordenador do Probem, Wanderley Messias da Costa, assegura que as estimativas são bem positivas.

Segundo dados do MMA, o mercado brasileiro de cosméticos e medicamentos movimentou, em 1996, US\$ 18 bilhões. Destes, 25% são provenientes de produtos naturais. O Banco Mundial também prevê,

através de um estudo recente, aumento na exportação de produtos agrícolas do País através da descoberta de novas espécies vegetais capazes de adaptação fácil em solos pobres e produção de biomassa em pouco espaço de tempo.

O trabalho está sendo visto, ainda, como uma forma inteligente de se combater a biopirataria (extração clandestina de espécimes animais e vegetais). “Não podemos colocar a Amazônia numa redoma de vidro e proibir a exploração da floresta por parte dos estrangeiros. Queremos que esse pessoal passe a trabalhar conosco”, disse Costa. O Tribunal de Contas da União também está com os olhos voltados para a região. Na quinta-feira, os ministros aprovaram uma recomendação aos dirigentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre a adoção de providências para uma política de meio ambiente mais eficiente na área, sugerindo o aumento da fiscalização e revisão da tabela de preços de serviços, penalidades e licenças.

(* Especial para a Gazeta Mercantil)

Mão-de-obra local terá prioridade na contratação. Será uma alternativa econômica à Zona Franca de Manaus

3/8/98
29/9/98

18